

“Plano Brasil Soberano aumenta risco fiscal”, diz economista da Austin

Por [Redação BM&C News](#) — 26 de agosto de 2025 Em [Economia](#), [Entrevista](#), [Exclusivas](#)



O **Plano Brasil Soberano**, iniciativa do governo voltada ao apoio de empresas exportadoras, tem gerado debate entre economistas e investidores. A medida prevê a destinação de bilhões de reais para o setor, com o objetivo de preservar empregos e sustentar a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional. No entanto, especialistas alertam para o risco fiscal que acompanham esse tipo de política.

Alex Agostini, economista-chefe da **Austin Rating**, destacou que retirar esses gastos da meta fiscal sem cortes em outras despesas pode gerar desequilíbrios. “*Retirar esses gastos da meta fiscal sem realizar cortes em outras despesas aumenta o risco de um endividamento excessivo*”, afirmou. Para ele, a relação dívida/PIB pode se aproximar de 80%, um patamar preocupante para a saúde fiscal do país.

Qual é a perspectiva fiscal e macroeconômica?

O atual cenário econômico exige atenção redobrada às políticas fiscais e monetárias. Segundo **Agostini**, *“a confiança dos investidores depende de clareza e consistência no compromisso com a disciplina fiscal”*. A falta de transparência em relação às metas pode ampliar a incerteza e aumentar os custos de financiamento.

Ao mesmo tempo, a inflação elevada continua sendo um desafio. Nesse contexto, o Banco Central precisa manter juros altos para conter os preços, ainda que essa política restritiva limite o crescimento econômico. A tensão entre política monetária e política fiscal reforça a necessidade de equilíbrio nas decisões do governo.

Como as taxas de juros impactam os investimentos?

As taxas de juros são determinantes para o ambiente de negócios. Quando permanecem em níveis elevados, o custo do crédito aumenta e desencoraja investimentos. **Agostini** observa que o país precisa encontrar um ponto de equilíbrio: manter o controle inflacionário sem sufocar o crescimento produtivo.

Para os investidores, acompanhar de perto os rumos da política fiscal é fundamental. Mudanças no direcionamento das contas públicas podem afetar diretamente o retorno de aplicações e a atratividade de novos projetos. Nesse sentido, compreender a relação entre juros, dívida pública e gasto governamental torna-se essencial.

O que esperar para o futuro fiscal do Brasil?

As implicações do Plano Brasil Soberano para o futuro são amplas. Se não houver contenção do avanço da dívida, o país poderá enfrentar sérios desafios, como:

- Cortes em investimentos públicos essenciais.
- Aumento da carga tributária sobre a população.
- Redução da confiança dos investidores estrangeiros.

Além disso, a credibilidade da política fiscal influencia diretamente a percepção de risco do Brasil. Quanto maior a incerteza, maiores serão os custos de financiamento e menores as chances de crescimento sustentável.

Para os investidores, a lição é clara: é preciso manter vigilância constante sobre as decisões do governo. A clareza das metas fiscais, aliada ao compromisso com a disciplina orçamentária, será determinante para garantir um ambiente de negócios saudável e previsível. Nesse cenário, compreender as nuances das políticas fiscais e monetárias é essencial para o sucesso dos investimentos no longo prazo.